



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

DISCURSO DA 4ª RAE

São Luís (MA), 19 de dezembro de 2011.

Excelentíssimo/Ilustríssimo Sr (a)

Quando assumi a presidência do tribunal no final de julho de 2009, acreditava que era preciso modernizar a nossa instituição; promover o alinhamento e a integração de todas as unidades; atualizar os nossos sistemas de informação; igualar os serviços judiciários, tanto nas varas do interior quanto nas varas da capital; racionalizar, padronizar e aprimorar os procedimentos administrativos e judiciais, com gestão de processos; buscar mais celeridade, eficiência e efetividade; facilitar o acesso do cidadão ao sistema judiciário; fortalecer a imagem deste tribunal e sua relação com outros poderes e instituições. Acreditava que devíamos promover mais a responsabilidade social e ambiental; tornar a administração mais transparente e participativa, mantendo em alta a nossa credibilidade junto à sociedade.

Além disso, acreditava que era imprescindível capacitar, ainda mais, magistrados e servidores; promover a educação corporativa, desenvolvendo conhecimentos, habilidades e atitudes; buscar a melhoria do clima organizacional e da qualidade de vida, garantir a infraestrutura física e material apropriada, aumentar os investimentos em informática, assegurar os recursos orçamentários necessários, otimizar a gestão de custos e ser mais ágil nas decisões.

Sabia que eram muitos os desafios, sabia que era um sonho muito alto. Mas sempre soube que a vida era um grande combate, que aos fracos abate e aos fortes e bravos só tem a exaltar. (Gonçalves Dias, em canção do tamoio)

Vê mais longe a gaivota que voa mais alto, já disse Richard Barh. Se não sonharmos alto, jamais poderemos ir além dos paradigmas estabelecidos. E eu confiava no potencial de nossa instituição. Acreditava que se eu conseguisse o engajamento e o esforço de todos, nós conseguiríamos alcançar todos esses objetivos.

Tenho sempre dito que nenhum administrador, por melhor que seja, consegue ir adiante sem que todos sonhem o mesmo sonho e eu sabia, como servidora que fui desta casa e hoje magistrada, que o sonho de todos nós sempre foi fazer deste ambiente de trabalho um lugar melhor e uma referência no atendimento daqueles que procuram por nossos serviços.

Estávamos diante de uma tarefa árdua, que sabia só poderia ser alcançada com o empenho de todos nós, magistrados e servidores. Para tanto, era imprescindível desenvolver, urgentemente, uma cultura de aplicação dos conceitos de planejamento estratégico para o nosso tribunal. Pois, a experiência nos revela que as instituições mais eficientes são aquelas que planejam, que lideram mudanças, que criam e aprimoram novos procedimentos.

Acreditando que seria possível envolver toda a instituição, envolver todas as unidades judiciárias e administrativas, busquei fazer um estudo dos fatores internos e externos influenciadores da atuação da nossa instituição, diagnosticar, setor por setor deste tribunal, a situação de cada unidade e detectar as questões-chaves, com seus pontos fracos e pontos fortes. A partir desse resultado, comecei a construir com a ajuda dos responsáveis por cada unidade novas estratégias transformacionais, a fim de que cada uma pudesse ter resultados excelentes e assim contribuir para que todos juntos pudséssemos alcançar todos aqueles objetivos.

Assim, juntos, elaboramos o nosso planejamento estratégico, que é conhecido de todos nós, de todos os Desembargadores, de todos os nossos futuros administradores, porquanto foi aprovado por todos. Sem sombra de dúvida, uma grande conquista de todos nós. Desde então, passamos a ter um caminho certo a seguir, a mesma direção a ser tomada por todos os magistrados e servidores. Demos início a implantação e execução de uma nova forma de atuação administrativa.

Deixamos de agir pelo impulso do presente e passamos a trabalhar com a perspectiva planejada de futuro, considerando os nossos recursos humanos, a nossa infraestrutura física e tecnológica e nosso orçamento. Passamos a desenvolver projetos e ações estratégicas para atingir objetivos e metas a que nos propusemos tais como, a racionalização de procedimentos, a efetividade no cumprimento das decisões, facilitar o acesso à Justiça do Trabalho, promover a educação corporativa, a cidadania e a responsabilidade socioambiental, garantir a infraestrutura física, de recursos humanos e de tecnologia da informação.

E muito embora, esta obra não tenha o seu fim neste momento, pois, tenho certeza ela vai continuar sendo executada não só pela Exma. Desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo, presidente no biênio 2012/2013, como pelos seus sucessores Des. Luis Cosmo e Des James Magno, hoje eu quero aproveitar esta oportunidade, antes de deixar a presidência deste tribunal pra apresentar a vocês um balanço destes dois anos e meio em que estive à frente da administração do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão. Quero falar um pouco da sinfonia que conseguimos compor juntos.

Tenho a certeza que chegamos aqui bem mais amadurecidos e fortalecidos como instituição que vem se modernizando e se consolidando como instrumento de justiça, paz social e cidadania.

Permitam-me fazer um resumo das iniciativas até aqui consolidadas.

Na Gestão de Pessoas, já iniciamos a implantação do processo de Gestão por Competência, que vem mapeando conhecimentos, habilidades e atitudes, de forma a preparar ainda mais cada um de nossos servidores para o desempenho de suas atividades. Sabia da importância de qualificar nossos magistrados e servidores, por isso elaboramos o programa político pedagógico QUALIFICAR, cujo objetivo é promover a educação corporativa, desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de magistrados e servidores em gestão pública administrativa e judiciária com enfoque no planejamento estratégico. Estamos estabelecendo um conjunto de competências básicas exigidas para a atuação dos servidores em diversas áreas do Tribunal e promovendo a capacitação corporativa que é necessária, otimizando a educação à distância - EAD.

Realizamos, por dois anos consecutivos, o Seminário de Gestão Estratégica e a Oficina de Trabalho Escravo. Realizamos, também, o Congresso Internacional de Direito do Trabalho; I Congresso Brasileiro de Educação Corporativa do Judiciário; o Encontro de Diretores; Curso para Assessores dos Gabinetes; cursos de Excelência no atendimento; de Português Jurídico; de noções básicas de direito; de Libras; de Técnica Legislativa; de Cálculos Trabalhistas; de Formação e Aperfeiçoamento de magistrados; de Planejamento e Gestão de Finanças Pessoais; de Gestão Estratégica, Gestão de Pessoas, Gestão de Processos, Gestão por Competência e Escritório de Projetos, todos temas eleitos estratégicos para conferir executividade ao nosso planejamento institucional, desenvolvendo a nova cultura gerencial, que pretendíamos implementar.

Realizamos, ainda, Projeto Anjo Magistrado e Anjo Servidor, para conferir a primeira capacitação aos magistrados e servidores recém-nomeados (PREMIADO); treinamento de SAPT, AUD e cálculos trabalhistas; do SUAP - treinamento de processo eletrônico administrativo e judicial.

Capacitamos magistrados e servidores. Lutamos para conseguir um melhor orçamento na área de capacitação. No ano passado foram destinados somente 450 mil para a capacitação. Este ano, os recursos foram da ordem de R\$ 750 mil. E para 2012, o orçamento será de R\$ 1.100 mil, correspondente a um incremento de quase 70% comparado a 2010, e quase 150% (três vezes mais) em relação ao ano de 2009, comprovando nossa preocupação com a capacitação de nossos magistrados e servidores.

Conseguimos junto ao CSJT, verba para reformar a estrutura de nossa escola judicial, cuja execução já demos início, bem como mobiliário e equipamentos mais modernos.

Estamos em pleno processo seletivo para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto para preenchimento de nove vagas. Nomeamos uma Comissão de Reestruturação, que após estudos realizados elaborou projeto para a criação de mais três varas trabalhistas no Maranhão, com a criação de mais nove cargos de juízes substitutos, além de 30 cargos de analistas judiciários e 3 cargos de analistas judiciários especialidade execução de mandado; bem como projeto de lei para criação de mais 106 cargos de Analistas Judiciários e 05 cargos de Analistas Judiciários especialidade Execução de Mandados para recompor e prover o déficit de servidores tanto na área judiciária, quanto administrativa.

Aplicamos a Pesquisa de Clima Organizacional, na qual obtivemos 75% no índice de satisfação, com o objetivo de descobrir onde precisávamos melhorar.

Realizamos campanhas de vacinação contra a gripe HUN1 e sazonal e estendendo, pela primeira vez, o atendimento às varas do interior do Estado. Contratamos, desta feita, de forma permanente, o Programa de Ginástica Laboral, e realizamos o curso pioneiro de Gestão da Qualidade de Vida, formando Facilitadores baseado no livro de Augusto Cury – Doze Semanas para mudar uma vida.(também premiado)

Na infraestrutura e tecnologia, o maior avanço foi a implantação do Processo Eletrônico. Implantamos o Processo Administrativo Eletrônico, em junho deste ano, e, o Processo Eletrônico Judicial, recentemente no dia 06/12 com a instalação da 7ª Vara do Trabalho de São Luís. Agora é só estender o processo eletrônico para as outras 22 varas trabalhistas do Estado no ano de 2012.

Este Regional, desde que iniciou o seu processo de informatização, no início dos anos 90, até então utilizava o mesmo sistema de acompanhamento processual em primeira e segunda instância. Trata-se do SAPT 1 e do SAPT 2, oriundos do TRT da 10ª Região e adaptados pela equipe da área de Tecnologia da Informação à realidade do nosso TRT. Ambos os sistemas foram modelados tão somente para localizar processos nas unidades judiciais. O próprio TRT da 10ª Região, há anos, já substituiu os citados sistemas por outros mais modernos.

A equipe da área de TI deste Regional sempre teve um número de servidores insuficientes para atender a demanda de trabalho, o que amenizamos quando da transformação e criação de novos cargos na área de TI, hoje temos 33 especialistas trabalhando no setor. Mesmo assim, com o intuito de responder às necessidades das unidades judiciárias ao longo dos anos, a equipe da área de TI sempre se debruçou de forma incansável sobre o SAPT 1 e o SAPT 2, de modo a aperfeiçoá-lo, agregando-lhes, paulatinamente, novos módulos. Entretanto, a forma com que os SAPT's foram concebidos torna difícil a agregação de novos módulos, o acréscimo de novas funcionalidades ou a coleta de informações no banco de dados. Soma-se, ainda, o fato de que cada um dos sistemas tinha o seu próprio esquema de banco de dados, e que eles não se inter-relacionam, o que tornava mais árdua a coleta de qualquer informação acerca dos processos fora do padrão ali armazenados. Devo aqui mencionar que a implantação das tabelas unificadas apresentadas pelo CNJ e as do E-gestão, dentre outras tarefas, por mais simples que se apresentassem, foram tormentosas e exigiram sempre muito tempo e recursos humanos para a sua consecução neste Regional, ante a defasagem de nossos sistemas de acompanhamento processual. Diante dessa fragilidade de nossos sistemas processuais, e o receio de, a qualquer momento, não ser possível atender algumas das solicitações dos Conselhos Superiores e do c. Tribunal Superior do Trabalho, a total inadequação do SAPT 1, do SAPT2, os constantes queixumes por parte de nossos usuários internos - magistrados e servidores – bem como dos jurisdicionados, tendo em vista as suas limitações, com aplicativos defasados e a restrição de informações, além de impedir-nos de seguir os passos largos da modernização do Poder Judiciário Nacional.

Por força da total inadequação do SAPT 1, do SAPT2 , trouxemos e implementamos em nosso regional o SUAP – um sistema de acompanhamento processual que permite congregiar as informações de 1º e 2º graus em um único esquema de banco de dados, facilitando o acesso às informações dos processos. Ele tem também a funcionalidade de permitir o armazenamento de todas as peças do processo no próprio sistema, podendo ser tanto físico como eletrônico. É um sistema de acompanhamento processual com informações modeladas em um padrão que mais se aproxima do seguido pelo CNJ e pelo c. TST, na elaboração do PJE Nacional.

Na área de Tecnologia da Informação, outras conquistas podem ser enumeradas, como a implantação das tabelas unificadas do Conselho Nacional de Justiça; do e-Gestão (sistema de envio de dados estatísticos para o TST); do E-Public para publicação de sentenças e despachos on line; do novo sistema de numeração de processos; do Malote Digital; dos Gabinetes Virtuais na 1º e 2º instância; do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho do Maranhão. Disponibilizamos equipamentos de digitalização nas VT'S e melhoramos também os canais eletrônicos de comunicação disponibilizando em nossa página o agendamento para a ouvidoria, conciliação e Juízo Conciliatório em sede de Recurso de Revista/Agravo de Instrumento, além de dar um novo layout à página do Tribunal.

Aprovamos a Política de Segurança da Tecnologia da Informação, ampliamos o parquet tecnológico com a aquisição de mais computadores, notebooks, netbooks, tablets, e internet móvel para todos os magistrados para facilitar o desenvolvimento de suas atividades. Melhoramos a capacidade de transmissão de dados em oito das 15 varas do interior.

Elaboramos o planejamento estratégico de TI, alinhando-o ao planejamento estratégico institucional. Os objetivos definidos para cada um dos seis temas resultaram em projetos que foram desenvolvidos sob a gestão exclusiva da Diretoria de Informática, destacando-se o Governança de TI, que possui por objetivo capacitar gestores em gerenciamento de projetos, o que certamente aprimorará os serviços de informática.

Avançamos na reestruturação organizacional da diretoria de informática. Demos início, também, à sua reforma física. O setor será transferido para o anexo B do nosso prédio sede, onde será instalada a sala cofre. Conseguimos orçamento no importe de quase R\$ 2.400.000,00 para a construção de uma Sala Cofre, que se inicia ainda este ano, para termos total segurança no backup de informações e no armazenamento de dados do processo judicial e administrativo eletrônico.

Inauguramos o Fórum de Imperatriz, com a instalação da 2ª Vara daquele Município e conseguimos construir sede própria de quatro das cinco Varas que ainda não a possuíam: Estreito, Presidente Dutra, Caxias, e Barreirinhas. E já garantimos recursos orçamentários para em 2012 instalar a sede própria de São João dos Patos. Investimos, assim, na qualidade de vida no trabalho de magistrados e servidores, além de proporcionar mais conforto no atendimento dos advogados, litigantes e convidados da Justiça Trabalhista, dotando as sedes das varas trabalhistas com os requisitos de acessibilidade, tecnologia e mobiliário ergonômico.

Entregamos ainda as novas instalações da Ouvidoria Judiciária, do Serviço de Saúde, e, pretendemos entregar até o fim do ano, pois, já estão quase prontas as novas instalações do Restaurante do nosso Tribunal. Como todos podem observar, estamos trabalhando na manutenção das instalações do nosso prédio sede - fachada, áreas internas de circulação e externas, incluindo o estacionamento. Modernizamos o elevador do anexo B. Reparamos os geradores de energia. Impermeabilizamos o telhado do prédio sede do TRT e estamos reformando também o Anexo B do prédio sede para instalação da sala cofre e da Diretoria de Informática e conseguimos asfaltar as ruas ao redor do nosso prédio.

O TRT do Maranhão inovou ao contratar uma empresa para realizar a manutenção preventiva predial, para manter e conservar todas as nossas instalações prediais tanto na capital quanto no interior, possibilitando, desta forma, o atendimento dos pedidos de manutenção que surgem nas diversas unidades prediais, conferindo mais eficiência e eficácia quando da execução de quaisquer serviços, o que inclui a manutenção, recuperação, adequação, retirada, remoção e construção, quando necessário.

Esperamos que agora no ano de 2012, todos os pedidos neste sentido possam, finalmente, ser atendidos.

Avançamos, também, na Reestruturação Organizacional, com a reestruturação da Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística, que tem feito o acompanhamento mensal de um total de 48 indicadores definidos para medir o cumprimento das metas a que nos propusemos; como já disse da Escola Judicial; na Secretaria de Coordenação Administrativa, criamos o Setor de Compras responsável também pelo acompanhamento dos contratos; reestruturamos a Secretaria de Controle Interno; a Central de Mandato, o nosso Centro de Memória e Cultura, o antigo juízo auxiliar da execução, o serviço de folha de pagamento, hoje totalmente informatizado e automatizado, a própria presidência, aprovamos recentemente, no pleno, o projeto de reestruturação do serviço de comunicação.

No tema Orçamento, desenvolvemos o projeto Contas Públicas, para que fosse elaborado um estudo minucioso destinado a elaborar o orçamento anual. Conseguimos melhorar substancialmente o nosso orçamento nos dois últimos anos, o que nos oportunizou melhoria nas instalações, com as reformas, as construções de sedes próprias, as contratações de novos serviços, a compra de novos e melhores equipamentos, sempre com expressiva exigência de qualidade, oportunizou investirmos cada vez mais na capacitação, na aquisição de novos sistemas, melhores recursos de trabalho, conseguimos estender aos estagiários o auxílio transporte e conseguimos reestabelecer o valor de diárias, há tanto tempo defasada.

No tema alinhamento e integração, realizamos em todas as 21 Varas do Trabalho do Maranhão, a Oficina “Formando para a Estratégia”, (projeto premiado) capacitando 186 servidores, correspondente a 78% do total de servidores lotados no 1º Grau. Formulamos o plano de contribuição e o painel de controle de todas as unidades judiciárias de 1º Grau. Todas as 21 varas estão alinhadas ao planejamento estratégico institucional.

Realizamos também dois Seminários de Gestão Estratégica, um em 2010 e o outro em 2011, no qual tivemos a 1ª Mostra de Qualidade do TRT-MA para expor as dez melhores práticas desenvolvidas por magistrados e servidores que tiveram os melhores resultados de desempenho, lançamos o projeto de Boas Práticas, para estimular o desenvolvimento de projetos inovadores pelas unidades administrativas e judiciais e, que resultou no guia das melhores práticas do TRT do Maranhão, que hoje lançamos aqui, nesta oportunidade.

Instituímos o Selo de Qualidade em Prestação Judiciária, reconhecendo o esforço dos magistrados e servidores das Varas Trabalhistas que obtiverem os melhores resultados na taxa de congestionamento na fase de execução, índice de conciliação na fase de conhecimento, índice de processos antigos, prazo médio de julgamento, índice de atendimento à demanda e taxa de congestionamento na fase de conhecimento;

Lançamos o Portal de Gestão Estratégica, disponibilizando informações sobre a Metodologia de Gerenciamento de Projetos e Relatórios do Planejamento Estratégico deste TRT e das metas institucionais e do Poder Judiciário.

Implantamos a Metodologia de Gestão de Projetos, necessária ao funcionamento do Escritório de Projetos, seção da Secretária de Gestão Estratégica e Estatística.

Avançamos com a revisão do nosso mapa estratégico, que também, lançamos aqui neste momento, incluindo o valor da Humanização e do objetivo estratégico da Prestação de Serviços com foco na Excelência, pois diante do desafio de implantação do processo judicial eletrônico, precisamos estar atentos para que possamos prestar um serviço de maior qualidade, sem perder de vista as relações humanas, que fazem toda a diferença. Revisamos também nossos indicadores, hoje temos apenas 32 para medirmos nosso desempenho.

No Relacionamento Institucional, projetos fortalecem a nossa imagem institucional diante dos mais diversos segmentos da sociedade. O I concurso do Painel Artístico do Fórum Astolfo Serra, pioneiro na Justiça do Trabalho, mobilizou artistas plásticos para a criação de obras de arte para decorarem o Fórum Trabalhista da nossa Capital. Assim, o TRT confirma a vocação de São Luís, cidade patrimônio da humanidade, e dá um exemplo da importância do envolvimento das instituições públicas no incentivo à arte e à cultura.

Foram realizados os workshops “Formando Fontes” focado no desenvolvimento do Relacionamento Institucional, buscando avançar no tema Política Institucional, que visa “Fortalecer a imagem institucional do TRT e melhorar a comunicação com o público interno e externo”, formando fontes e especialistas para a difusão de notícias judiciais.(premiado)

A Ouvidoria Itinerante e o Fale Direto com o Ouvidor são outros dois projetos que, além de garantir o acesso à Justiça, fortalecem a imagem institucional. Só este ano já foram realizadas 15 audiências itinerantes, com 282 atendimentos, quando no ano passado o número de audiências itinerantes foi de cinco. Registre-se também o trabalho desenvolvido diariamente na Ouvidoria. Só no ano passado foram 1009 novas manifestações, alcançando um crescimento de 12% em relação a 2009. E este ano já

foram 1.200 novas manifestações, entre elogios, reclamações, críticas, informações e sugestões.

Para aprimorarmos nossa comunicação interna e externa, implementamos três agências de notícias: Agência Verde, Agência Mais e Agência Conciliar; publicamos o calendário institucional de 2011 da Justiça do Trabalho; montamos a mostra de fotografias permanente “O Mundo do Trabalho”, em exposição no Fórum Astolfo Serra, e na Oficina do Trabalho Escravo; editamos o INFORMATIVO PARÁGRAFO ÚNICO com uma linha editorial institucional, enfocando temas específicos; ampliamos a divulgação de informações sobre o Tribunal com a produção média de quatro notícias por dia para veiculação na home-page do TRT-MA.

Firmamos o Termo de Cooperação mútua com a Procuradoria Geral de Justiça para execução de ações conjuntas no combate ao trabalho escravo e na erradicação do trabalho infantil; e na realização de cursos de formação e aperfeiçoamento profissional pertinentes; e, em caráter temporário, a cessão de instalações físicas dotadas dos equipamentos para funcionamento da VT Itinerante.

Realizamos acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal Regional Federal – 1ª Região, Tribunal Regional Eleitoral - MA e o Governo do Estado do Maranhão, relativo ao Programa Começar de Novo, para reinserção social de presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas, com incentivo ao trabalho e à profissionalização.

Na Eficiência Operacional, desenvolvemos o projeto Gestão de Processos, conseguimos realizar a gestão de processos nas varas do Trabalho, na fase de conhecimento, e formulamos o Manual de Rotinas das Varas Trabalhistas. Revimos vários procedimentos também adotados no 2º grau, conseguimos agilizar nossa pauta, reduzindo o prazo médio de julgamento - eliminando a figura do revisor; adotando planilhas de julgamento que permitem a inclusão de até 300 processos em uma pauta; modificamos procedimentos visando a publicação dos acórdãos no prazo máximo de 10 dias. Também conseguimos alinhar o nosso Tribunal às Tabelas Unificadas do CNJ. Para conferir maior celeridade, conseguimos reduzir para 24 h o prazo para publicação de acórdão de ações de rito sumaríssimo; buscamos, permanentemente, zerar os processos que aguardam inclusão em pauta de julgamento na 2ª instância; formulamos convênios com a Procuradoria Federal e o MPT e a Procuradoria Geral de Justiça, regulamentando vários procedimentos, sempre no propósito de reduzir custos e burocracia, otimizando sempre os resultados, a exemplo da realização de todos os atos jurisdicionais e/ou administrativos necessários à realização das audiências; na programação das audiências com tempo necessário para que as notificações sejam efetuadas com antecedência e todos os prazos sejam cumpridos; passamos a enviar os processos, em grau de recurso, ao TST por meio eletrônico; e, adotamos o nosso calendário institucional, definindo, com bastante antecedência, a mudança de feriados, pontos facultativos, um período fixo para inspeção, evitando assim transtornos na elaboração de pautas de julgamentos.

Para conferir maior Efetividade à Justiça, criamos a Comissão para a efetividade e Celeridade na Execução dos Processos, otimizamos o antigo Juiz Auxiliar da Execução com a criação do Núcleo de Apoio à Execução, ampliando sua atuação jurisdicional. Realizamos pautas permanentes de conciliação na fase de execução nas

Varas de São Luís e do interior, com o Projeto Pauta Especial de Conciliação na Execução. Realizamos a Semana de Execução Trabalhista, efetivando acordos que somaram mais de 3,7 milhões, sendo arrecado para os cofres públicos mais de 316 mil de previdência social e 31 mil de imposto de renda, e o leilão nacional, em conjunto com os demais 24 Regionais, resultando na arrecadação de mais de 2 (dois) milhões de reais pelo TRT-MA.

Baixamos a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no primeiro grau de 33% em 2010 para 21% em 2011. Da mesma forma, conseguimos aumentar o índice de atendimento à demanda, no primeiro grau, de 92% em 2010 para 111% em 2011. A conciliação também trouxe bons resultados. Melhoramos o índice de 39% em 2010 para 44% em 2011. Aumentamos o índice de agilidade na publicação de acórdãos de 0,40% em janeiro de 2010 para 93,6% em 2011. O índice de pagamento de precatórios aumentou de 16,88% para 24,99%, quase 100% de aumento.

Desenvolvemos o Projeto Precatório Itinerante, que resultou na formalização de 1.321 acordos, no valor de R\$ 21.482.832,34, vencedor do Prêmio Conciliar é Legal, na categoria Justiça do Trabalho, do Conselho Nacional de Justiça.

Criamos o Juízo Conciliatório em sede de Recurso de Revista/Agravo de Instrumento para promover maior efetividade na solução dos conflitos, promovendo a conciliação em sede recursal.

Na responsabilidade social e ambiental, nosso compromisso foi com a promoção da cidadania. Ampliamos as audiências itinerantes, com o deslocamento de nossos magistrados e servidores e realizamos, nos dois últimos anos, quase cinco mil audiências itinerantes. Realizamos também audiências na casa dos próprios reclamantes que não podiam se locomover à Sala de Audiência da Vara do Trabalho, por motivo de incapacidade física.

Outra iniciativa foi a contratação de surdos para auxiliarem nos serviços das secretarias das varas trabalhistas, que resultou no lançamento do Projeto Incluir – ação que vem assegurando a inclusão de pessoas com deficiência na Justiça do Trabalho do Maranhão, fazendo nossa instituição despontar como um Tribunal comprometido com a acessibilidade e com a inclusão social, projeto que está concorrendo ao Prêmio Inovare da rede Globo. Em 2010, firmamos um contrato com a Associação dos Surdos do Maranhão, no valor de R\$ R\$ 216.279,48 para a contratação de deficientes auditivos para auxiliarem nos serviços de secretaria das varas trabalhistas. Mas não nos contentamos. Pensando mais uma vez fora do quadrado, resolvemos transformar o que seria um contrato de prestação de serviços num projeto que visa a eliminação das barreiras arquitetônicas, atitudinais e de comunicação em nossa instituição nomeamos este ano a Comissão de Acessibilidade, além de estarmos adaptando todas as nossas instalações para o recebimento de cadeirantes, num percentual de 80% de execução. Apenas prédios antigos ainda demandam um estudo mais detalhado.

Assinamos convênio para implantação do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) no âmbito do TRT-Ma, com a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho e a AMATRA XVI.

Lançamos a Campanha Nacional de Prevenção de Acidente de Trabalho, assinando o Termo de Adesão ao protocolo de cooperação técnica, para implementação de programas e ações voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da política nacional de segurança e saúde no trabalho, juntamente com o Ministério Público do Trabalho, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, a Associação dos Magistrados do Trabalho da 16ª Região, o INSS e OAB – MA, durante o I Fórum de Prevenção de Acidentes do Trabalho.

Lançamos, também, o Projeto Aula da Cidadania, com foco na Campanha Nacional de Acidente de Trabalho, para desenvolver a conscientização do trabalhador e do empresário sobre esse flagelo social; e, o Projeto Humanizar nas Varas Trabalhistas, nas quais foram instalados nas salas de espera de audiências aparelhos de televisão, para exibição de vídeos educativos e programas da TV Justiça, trabalhando a conscientização político social dos usuários da Justiça.

Para fortalecermos relações com outras instituições, firmamos parceria com a ASCAMAR, o Instituto Harmonia para a Coleta Seletiva do Lixo do TRT-MA e a Associação Amigos do Futuro para implementação de um plano de gestão ambiental e coleta seletiva do lixo do TRT-MA.

No acesso à Justiça, inauguramos o Posto de Atendimento Avançado, hoje em funcionamento num Shopping da cidade, integrando o Projeto Casa de Justiça & Cidadania do Conselho Nacional de Justiça, e passamos a disponibilizar despachos e sentenças na internet, facilitando a consulta por partes e advogados, além da ouvidoria, do precatório e das varas itinerantes.

Não seria possível, neste breve espaço de tempo, citarmos uma por uma, cada ação desenvolvida. Mas, podemos dizer, com certeza, que foi uma administração premiada. Ao todo foram 13 prêmios em diversas áreas. Neste ano, além do recente prêmio com o projeto – precatório itinerante, recebemos seis prêmios no Congresso Brasileiro de Educação Corporativa, promovido pelo Fórum Nacional de Educação Corporativa, realizado em Goiânia. O TRT do Maranhão conquistou seis prêmios com os projetos Anjo da Escola Judicial/ Oficina Formando para a Estratégia da Secretaria de Gestão Estratégica/ Oficina sobre Trabalho Escravo da Escola Judicial /Curso de Gestão da Qualidade de Vida - Formando Facilitadores e o Espaço Saúde, os dois do Serviço de Saúde/ e, Justiça & Imprensa – Formando fontes e especialistas para a difusão de notícias judiciais, do Serviço de Comunicação.

Repetimos este ano, o sucesso de 2010, quando o evento foi lançado no nosso Tribunal, numa iniciativa pioneira de nossa instituição em parceria com o Fórum Nacional de Educação Corporativa. No ano passado, recebemos três prêmios, com o Curso de Direitos Humanos e Mediação de Conflitos realizado em parceria com Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; o projeto Gestão Estratégica, na formação de magistrados; e, o Workshop Formando Especialistas para a Cobertura no Judiciário.

Este ano, o projeto Agência Judicial – difusão dos direitos sociais por meio da Assessoria de Imprensa conquistou o segundo lugar do Prêmio Nacional de Comunicação & Justiça concedido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça.

Também tivemos o reconhecimento da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania, que pelo voto popular, reconheceu as práticas desenvolvidas em nossa instituição na defesa dos direitos humanos.

Recebemos em 2010 menção honrosa do Conselho Nacional de Justiça pelo cumprimento da META 2 e, menção honrosa, no Prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça, com o Projeto Pauta Especial de Conciliação na Execução.

No campo da responsabilidade ambiental, a Campanha Atitude – Multiplicando a Prática de Atitudes Socioambientais Responsáveis conquistou o terceiro lugar na categoria Projeto Temático da edição 2010 do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça. No mesmo ano, o projeto TRT Ambiental recebeu ainda o título de “Instituição Amiga da Reciclagem”, concedido pelas Secretarias Municipais de Obras e Serviços Públicos e de Meio Ambiente de São Luís (Semosp e Semmam).

Outra forma de reconhecimento, que muito nos honra, foram os elogios registrados pelo Ministro Corregedor do Tribunal Superior do Trabalho, Antônio José de Barros Levenhagen, durante correição ordinária realizada neste Tribunal este ano. Foram reconhecidos o uso do sistema VOIP (Voz sobre Dados) de telefonia, ou telefonia via internet, no TRT e varas da capital e interior do estado. Recebeu elogios também o esforço da instituição na execução do planejamento estratégico institucional e o resultado da pesquisa de clima organizacional que apontou índice de 75% de satisfação dos servidores da Justiça do Trabalho no Maranhão.

Foram reconhecidos ainda pelo Ministro Corregedor os resultados alcançados pelas Varas Trabalhistas na Semana Nacional da Conciliação em 2010, o Projeto Conciliar, em especial as palestras promovidas durante a Semana da Conciliação; o desempenho da VT de Presidente Dutra que alcançou 60,9% de conciliação em 2010; e a implantação da Comissão Permanente de Conciliação.

As ações aqui desenvolvidas também se refletem na representatividade de nossa instituição nos mais diversos espaços do Poder Judiciário nacional. Hoje, estamos no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, como representante do Nordeste. Além disso, incentivei magistrados e servidores a representarem nossa instituição nas seguintes comissões, a saber: Comissão de elaboração do Planejamento Estratégico do CSJT; Subcomissão Nacional das Metas do Conselho Nacional de Justiça, Grupo de Trabalho da Gestão por Competência do CSJT, Grupo de Trabalho do Processo Judicial Eletrônico do CSJT, Fórum Nacional de Educação Corporativa, Fórum Nacional de Comunicação & Justiça, Comitê Executivo Nacional para Monitoramento e Resolução de Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos e na Comissão Nacional do Programa de Prevenção contra Acidentes de Trabalho.

Estes prêmios todos não são meus, nem de nenhum de nós, isoladamente. Estes prêmios são do TRT do Maranhão, são de todos nós em conjunto. É isso mesmo, aqui somos um só, o TRT da 16ª Região. Com uma só face e com um só espírito: O ESPIRITO DA UNIDADE!

Os prêmios conquistados e a nossa representatividade no cenário nacional são uma prova do quanto estamos trilhando o caminho certo, o caminho da excelência. De fato, provamos, ao longo destes dois anos e meio juntos, que quando somamos competências, o trabalho conjunto, de magistrados e de servidores de cada unidade judicial e administrativa do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, podemos multiplicar nossos resultados.

Estamos todos de parabéns, sonhamos alto sim, mas conseguimos, trabalhando todos juntos, mostrar que é possível fazermos a diferença em nossa geração.

Já é hora de concluir, e não posso fazê-lo, sem registrar especial agradecimento a toda a equipe que sempre acreditou que era possível realizar tantos desafios em tão pouco tempo, que me acompanhou durante todo o período em que estive à frente deste Tribunal, a começar pela juíza auxiliar da Presidência, LILIANA MARIA FERREIRA SOARES BOUÉRES, o diretor-geral Júlio César Guimarães e toda a sua equipe da diretoria geral; a secretária geral ELIZABETH DO CARMO SALGADO LEITE MENEZES e sua equipe da Secretaria Geral da Presidência, todos os servidores da presidência, da Assessoria Jurídica e da Assessoria Administrativa da Presidência, incansáveis na busca para que todos os projetos se realizassem. Agradeço aos meus pares, desembargadores, juízes titulares e substitutos, pelo apoio recebido e a consolidação de importantes resultados na área judicial. Agradeço ainda aos servidores dos demais gabinetes e das 23 Varas Trabalhistas de nosso Tribunal, por terem acreditado que juntos podíamos fazer mais. Agradeço, também, todos os servidores que integram o Gabinete da Vice-Presidência, Secretaria da Corregedoria, Escola Judicial, Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística, Serviço de Comunicação, Serviço de Cerimonial e Eventos, Centro de Memória e Cultura, Ouvidoria, Precatórios, Controle Interno, Secretaria do Tribunal Pleno, Diretoria de Orçamento e Finanças, Serviço de Engenharia, Diretoria de Folha de Pagamento, Serviço de Licitações, Serviço Assessoramento Jurídico, Secretaria de Coordenação Administrativa, Setor de Compras, Setor de Estágio, Setor de Contratos, Diretoria de Informática, Diretoria de Serviços Gerais, Diretoria de Pessoal, Diretoria de Material e Patrimônio, Setor de Almoarifado, Serviço de Informação e Documentação, Serviço de Saúde, Secretaria de Coordenação Judiciária, Diretoria de Cadastramento Processual, Diretoria de Distribuição e Acórdão, e Recurso Jurisprudência e Estatística, Setor de Distribuição do fórum Astolfo Serra, Setor de Distribuição do fórum de Imperatriz, Juízo de Execução, Setor de Cálculo, Setor de Portaria e Segurança, Setor dos Motoristas, e aos terceirizados, estagiários, equipe do Suporte Técnico da Informática, da vigilância, da limpeza e conservação, da Associação dos Surdos e todos os demais terceirizados.

Vocês foram 10 ! Neste momento, nada mais posso dizer-lhes, senão, muito obrigada.

Por fim, agradeço a Deus por ter me dado sabedoria e a determinação necessárias para conduzir esta instituição.

Que Deus continue nos abençoando hoje e sempre.

MARCIA ANDREA FARIAS DA SILVA